

# *Brasil está disposto a ceder*

**BRASÍLIA** — O Brasil poderá vir a ceder em outro importante item da negociação da dívida. É possível que venha a aceitar uma cláusula de condicionalidade entre os desembolsos dos bancos credores ao país e o acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil vinha insistindo que rejeitava qualquer vinculação, porque isto colocaria o país em posição semelhante à da Argentina que, a cada problema conjuntural que a afaste das metas estabelecidas com o FMI, enfrenta crises pela suspensão dos desembolsos dos bancos. A fonte do governo explica que "não será uma condicionalidade tradicional, mas inovadora" e informa que os negociadores brasileiros já estão inclinados a aceitar.

A cláusula de condicionalidade, de acordo com a fonte do governo, não repetirá as famosas *cartas de intenção*, que estabeleciam metas trimestrais (nunca cumpridas) para a economia brasileira. Por isso, será inovadora. Os bancos vinham insistindo numa vinculação contratual entre parte de seus desembolsos (US\$ 5,2 bilhões, para pagamento de juros vencidos em 87 e a vencer até 89) e o acordo com o FMI. O Brasil admitia apenas a coincidência das datas de desembolso entre os dois acordos. Segundo a fonte do governo, a cláusula de condicionalida-

de, ainda que inovadora, deverá mesmo ser incluída no protocolo.

A missão negociadora brasileira volta aos Estados Unidos no domingo, na esperança de concluir o protocolo do acordo com os bancos credores até o início de maio. Além da condicionalidade vinculada ao FMI, falta fechar detalhes técnicos (basicamente os números das cláusulas já fechadas) e jurídicos e acertar a garantia de instituições multilaterais (basicamente o Banco Mundial) aos desembolsos de uma parcela de novos empréstimos a ser concedidos pelos bancos.

Os bancos credores querem ter, também, alguma garantia do Banco Mundial para parte dos seus desembolsos. O Brasil preferia que se fizesse um contrato de financiamento paralelo. Embora não deva fazer menção a cifras, o protocolo com os bancos deverá ter alguma referência a garantias ou desembolsos por parte das instituições multilaterais de financiamento.

Segundo a fonte do governo brasileiro, o protocolo deverá ser fechado no começo de maio. A partir daí, é previsto um período de dois meses para adesão dos mais de 700 bancos credores (por ora, as negociações são feitas com o comitê que representa os bancos).